

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

PIER

**Parque de Campismo
de Quarteira**

Relatório Ambiental

Resumo Não Técnico



ENVIEXPERTISE, LDA.

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

PIER

**Parque de Campismo
de Quarteira**

Relatório Ambiental

Resumo Não Técnico

O QUE É O RESUMO NÃO TÉCNICO ?

O Resumo Não Técnico (RNT) faz parte do RELATÓRIO AMBIENTAL DO PLANO DE INTERVENÇÃO EM ESPAÇO RURAL DO PARQUE DE CAMPISMO DE QUARTEIRA (PIERPCQ), tal como consta do artigo 6.º, n.º 1, alínea i) do Decreto-Lei n.º 232/2007. É portanto uma peça escrita integrada no processo de Avaliação Ambiental Estratégica.

Trata-se de um documento que pretende, de forma clara, concisa e não técnica, explanar as principais conclusões obtidas no contexto da Sustentabilidade Ambiental.

No caso de se pretender obter informações mais aprofundadas sobre o enquadramento da Proposta nos planos e programas de especial relevância para o PIERPCQ, bem como os efeitos que este plano terá sobre o ambiente, património e Sócio-economia, deverá ser consultado o Volume I do presente Relatório Ambiental (Relatório Síntese), que se encontra igualmente disponível na Câmara Municipal de Loulé.

II – O QUE É O RELATÓRIO AMBIENTAL, COMO É CONSTITUÍDO E COMO SE ENQUADRA NO PIERPCQ?

O Relatório Ambiental é uma das peças constituintes do processo de Avaliação Ambiental de determinados planos e programas que surgiu em Portugal a 15 de Junho de 2007 através da publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007.

A Avaliação Ambiental de Planos e Programas constitui-se como um processo contínuo, integrado e sistemático, que tem lugar a partir de um momento inicial do processo decisório público, de avaliação da qualidade ambiental de visões alternativas e perspetivas de desenvolvimento incorporadas num planeamento ou

numa programação que vai servir de enquadramento a futuros projetos, assegurando, desta forma, a integração global das considerações biofísicas, económicas, sociais e políticas relevantes que possam estar em causa.

Constitui-se também como um instrumento de avaliação de impactes de natureza estratégica cujos principais objetivos são: i) Contribuir para um processo de decisão ambiental e sustentável; ii) Promover novas formas de tomada de decisão; iii) Melhorar a qualidade de políticas, planos e programas; e iv) Fortalecer e facilitar a Avaliação de Impacte Ambiental de projetos, quando necessário.

O PIER é um Plano Municipal de Ordenamento do Território que define a estrutura urbana, o regime de uso dos solos e os critérios de transformação da área de implantação do PCQ, e que constituirá o enquadramento para a futura aprovação de projetos mencionados no anexo II do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio.

Pelas suas características, esta área territorial enquadra-se na previsão da alínea a) do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, pelo que deve ser sujeito a um procedimento de avaliação ambiental, previamente, à sua aprovação pelo órgão municipal competente.

Uma das peças essenciais do procedimento de avaliação ambiental de planos é o RELATÓRIO AMBIENTAL, constituindo um elemento que acompanha o PLANO (artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007). A elaboração do Relatório Ambiental é efetuada a partir da identificação dos Fatores Críticos para a Decisão, previamente validados, neste caso concreto, pela Câmara Municipal de Loulé.

Após a entrega destes elementos à Câmara Municipal,

acolher-se-ão as recomendações da Comissão de Avaliação constituída para a avaliação do PIERPCQ e apresentar-se-á o Relatório Final (se for caso disso).

Em termos de constituição, o presente Relatório Ambiental é composto por quatro volumes e pelo presente *Resumo Não Técnico*: - Volume I: Relatório Síntese; Volume II: Caracterização Ambiental; Volume III: Peças Desenhadas e Volume IV - Anexos.

III – ONDE SE LOCALIZA PIERPCQ?

O PIERPCQ abrange uma área de intervenção de, aproximadamente, 18 ha, localizado em Pereiras de Quarteira, freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, a aproximadamente 4 km a norte da cidade de Quarteira (Figura 1).

Em termos de limites, o único limite natural é a ribeira de Carcavai que se constitui como a sua fronteira nascente, já que para Norte, Sul e Poente, a transição da propriedade é feita ao nível fundiário.

Nas proximidades destacam-se alguns povoados como Encaxinas (< 1km) e Pereiras (< 2 km), claramente agrupados segundo o eixo da EN 125.

Considerando a tipologia específica que se pretende instalar, cabe uma especial referência à Ecovia do Algarve, importante infraestrutura na perspetiva de quem procura um tipo de turismo mais vocacionado para o contacto com a natureza. Assim, verifica-se que a partir do local de intervenção, através de um percurso de apenas 2 Km se acede à Ecovia.

Ainda no que acessibilidades se refere, importa não esquecer as ligações ferroviárias existentes, assinalando-se a proximidade da estação Loulé/Quatro Estradas.

Em termos de paisagem, trata-se de uma área gene-

ricamente aplanada, onde a tónica marcante são os laranjais (atualmente não explorados) que se estendem por áreas com grande expressão local. Tais unidades de paisagem são cruzadas por terrenos baldios, áreas com plantação ordenada de figueiras e alfarrobeiras, raros bosquetes muito empobrecidos de sobreiro, algumas linhas de água com expressão local e componente urbana radial aos principais acessos.

V – QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS ELEMENTOS CONSTITUINTES DO PIERPCQ?

O elemento principal do PIERPCQ e que se constitui como a sua força motriz é o parque de campismo de 4 estrelas, cujo desenho e conceção estão em plena consonância com a legislação vigente para o sector (Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de Março e a Portaria n.º1320/2008, de 17 de Novembro), quer pela a deliberação da CML de 25 de Fevereiro de 2009.

Assim e de forma resumida, considerando a Classificação do Uso do Solo, a área do PIERPCQ será assumida como dividida em duas zonas distintas: i) uma destinada a campismo e caravanismo, coincidente com a área de RAN; ii) uma segunda zona, destinada a recreio e fruição, coincidente com a Área de Agricultura Condicionada II.

O seu zonamento primário possui três funções estruturantes: Função A: área destinada a acampamento, que não pode exceder 60% da área total do parque e campismo e caravanismo, daqui em diante designada por “parque”; Função B: área destinada a vias de circulação interna e instalações e equipamentos comuns que não pode exceder 25% da área total do parque; Função C: área destinada a espaços livres e instalação de zonas desportivas ou de lazer deve representar, no mínimo, 15% da área total do parque.

Como características gerais destacam-se os seguintes parâmetros: número máximo de utentes em áreas de acampamento: 2 350, área máxima destinada a campistas: 80 427,15 m², área destinada a espaços livres e instalação de zonas desportivas ou de lazer: 78.704 m².

Em termos de equipamentos, o Plano integrará: Restaurante-bar; Sala de convívio com televisão; Sala de jogos; Mesas e bancos para refeições ao ar livre; Espaços ajardinados; Parque de estacionamento; Tabacaria; Cabinas telefónicas; Máquinas de lavar roupa; Ferros elétricos; Equipamento de cozinha para preparação de refeições; Piscinas, para adultos e para crianças; Campo de jogos vedado; Serviço de guarda de valores na receção; Posto médico aberto dezasseis horas por dia.

A partição do PIERPCQ faz-se nas seguintes zonas principais: I - Área destinada a acampamento, II - Área destinada a vias de circulação interna e instalações e equipamentos comuns, III - Área destinada a espaços livres e instalação de zonas desportivas ou de lazer.

ACTUALIDADE DA ÁREA DO PIERPCQ?

GEOLOGIA:

A área de estudo enquadra-se na vasta unidade geotectónica designada por Orla Meridional, a qual é constituída por rochas sedimentares formadas numa bacia de sedimentação de orientação E-W. O principal acidente tectónico que ocorre nas proximidades da área do Projeto, corresponde à falha do Carcavai-Vale de Rãs-Falha de Faro que ocorre de forma coincidente

com leito da Ribeira do Carcavai, e cuja atitude média é NE- SW. Do ponto de vista sísmico a área insere-se na Isossista 10 (intensidades máximas até 1996). Por sua vez a intensidade máxima registada segundo a escala internacional foi a intensidade VIII. De acordo com o zonamento da sismicidade do território Português (REGULAMENTO DE SEGURANÇA E ACÇÕES PARA ESTRUTURAS DE EDIFÍCIOS E PONTES, 1983), a área do projeto campista da Quarteira desenvolve-se entre numa zona sísmica do tipo A. Não foram registados quaisquer locais com interesse patrimonial. De igual modo não foram descortinados quaisquer locais com potenciais recursos geológicos possuindo eventual interesse económico, dado que os potencialmente interessantes ocorrem fora da área de interesse.

SOLO:

Do ponto de vista pedológico, a área é caracterizada por alguma homogeneidade, onde, repartidos pelos diferentes espaços ecológicos, identificam-se duas classes gerais de solos, nomeadamente, os Solos Incipientes e os Solos Litólicos. Incluídos nos solos Incipientes, encontra-se os Aluviossolos Modernos, Calcários (Para-Solos Calcários), de textura pesada (Aac) e os Regossolos Psamíticos, Normais, não húmidos (Rg). No que se refere à capacidade de uso do solo do território, podem ser encontradas na zona em estudo do Plano, duas classes diferentes, nomeadamente, a classes A e D e apenas esta última tem duas subclasses associadas – "e" e "s", referente à existência de erosão e escoamento superficial, e

limitações do solo na zona radicular, respetivamente. A classe dominante é a classe D (com mais de 70 %), cujas características principais passam por limitações severas para a agricultura, riscos de erosão no máximo elevados a muito elevados, não sendo suscetíveis de utilização agrícola, salvo casos muito especiais, possuindo poucas ou moderadas limitações para pastagens, exploração de matos e exploração florestal. Na área de estudo, está associada aos solos Rg e Vt. Já os solos Aac possuem, obviamente, uma maior vocação agrícola, já que possuem poucas ou nenhuma limitações, sem riscos de erosão ou com riscos ligeiros e, portanto, suscetíveis de utilização agrícola intensiva.

Recursos Hídricos Superficiais

A área objeto de estudo está inserida na Administração da Região Hidrográfica do Algarve desenvolvendo-se na Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Algarve que abrange uma área de 3.837 km², abarcando a totalidade do Barlavento Algarvio e a parte do Sotavento. A área de estudo está enquadrada na sub-bacia hidrográfica denominada de “Zona Central”, com uma área de 811,4 km², que corresponde à bacia hidrográfica que drena a faixa mais larga do barrocal algarvio, entre Lagoa e Loulé. Trata-se de um território delimitado, praticamente em toda a sua extensão no limite Este, pela Ribeira de Carcavai, cuja orientação aproximada é de Norte-Sul e constitui-se como o curso de água mais importante nas imediações da zona de implementação do PIERPCQ. A rede de drenagem, dentro dos limites da área de estudo, é completada ainda por duas linhas de água (L1 e L2), ambas com orientação aproximada Noroeste- Sudeste e são afluentes, pela margem direita, da Ribeira de Carcavai. No caso da Ribeira de Carcavai é possível identificar a existência de um muro de pedra que serve de suporte às suas margens bem como a existência, ainda de que de forma não muito clara

devido à densidade da vegetação infestante, de uma galeria ripícola. O leito desta ribeira apresenta a formação de alguns bancos de areia, pressupondo a existência de fenómenos de assoreamento, o que leva ao aparecimento de vegetação nos locais onde não se faz sentir a presença de escoamento. No que respeita à classificação do sistema de drenagem dos cursos de água, quanto à constância do escoamento, classificam-se como intermitentes, uma vez que o escoamento superficial é temporário e irregular, de tipo torrencial durante certos períodos do Inverno e muito reduzido durante a maior parte do ano, o que mostra a sua forte dependência da distribuição irregular da pluviosidade ao longo do ano. Em relação ao regime pluviométrico, salienta-se o facto da distribuição intra-anual da precipitação ser irregular ao longo do ano e os períodos de maior pluviosidade ocorrem no semestre húmido, Outubro a Março, altura em que ocorre cerca de 81% da precipitação anual. Em termos médios mensais, os meses mais chuvosos são os meses de Dezembro (123,6 mm) e Janeiro (100,7 mm), decrescendo a precipitação de forma gradual no semestre seco, sendo praticamente nula nos meses de Julho (1,9 mm) e Agosto (2,9 mm). No âmbito da avaliação da caracterização das precipitações intensas de curta duração para o local do PIERPCQ, a avaliação ponderada para o período de retorno (T) de 10 anos é de 957,1mm, de T50 anos é de 1127,4mm e de T100 anos é de 1186,1mm. Em relação à caracterização do escoamento médio anual na área de estudo, estima-se que será na ordem dos 226,9 mm. Por último, na execução do modelo hidrológico, foi gerado um caudal de ponta de cheia de 343,1 m³s⁻¹, previsto para um período de retorno de 100 anos.

FLORA:

Em termos florísticos foram identificados 102 taxa, dos

quais nenhum tem estatuto de proteção sob a Diretiva 93/43/CEE. Já no que concerne à vegetação, na área estudada, a sua análise foi efetuada repartindo a vegetação climatófila da edafo-higrófila (ripícola ou ripária). Do ponto de vista climatófilo, pontifica a série termomediterrânea seca a sub-húmida, psamófila, gaditano-onubo-algarviense e tingitana, do sobreiro (*Quercus suber*): *Oleo sylvestris-Querceto suberis* S. Embora estejamos em territórios com potencialidade de sobreiral, quer o bosque, quer as respetivas etapas de substituição estão praticamente ausentes. Os últimos indícios de tal potencialidade permanecem ao longo das estradas, onde permanecem, a espaços, sobreiros imponentes e junto às figueiras, zambujeiros/oliveiras e alfarrobais no extremo Norte da área. Em termos ripários, está presente a série encabeçada pelo freixial: série edafohigrófila de ribeiras, luso-extremadurense, bética e lusitano-andaluza litoral termomesomediterrânea do “freixo” (*Fraxinus angustifolia*): *Ficario ranunculoidis-Fraxinetum angustifoliae* S. Trata-se de uma série que se distribui pelos territórios luso-extremadurenses, béticos e lusitano-andaluz-litorais. Na área estudada, esta série está muito mal representada, distribuindo-se apenas, de forma pontual, pela ribeira do Carcavai. Atualmente, esta série ocupa a banda mais afastada do leito, instalando-se em solos profundos, de textura franco-limosa. A etapa madura corresponde a um bosque caducifólio, mais ou menos, sombrio de *Ficario ranunculoidis-Fraxinetum angustifoliae*, dominada pelo “freixo” (*Fraxinus angustifolia*). Associado a esta série, com o aumento da nitrofilia das águas e das margens, surge frequentemente o canal de *Arundo donacis-Convolvuletum sepium*. Aliás, este canal chega a atingir proporções muito consideráveis, principalmente nos locais de confluência de linhas de água, onde o aporte de sedimentos é muito

significativo, especialmente de materiais franco-limosos, ricos em detritos orgânicos. A fraquíssima representatividade destes freixiais na área estudada deve-se, em nosso entender, a duas ordens de razão. Em termos ecológicos, as áreas onde se deveria desenvolver o freixial, ou estão ocupadas por culturas arvenses, ou pela ação da erosão, resumiam-se às margens com menos declive da ribeira que, pela torrencialidade das águas, tornam impossível a sua subsistência. Assim, dado que o freixial tem pouco espaço ecológico para se desenvolver, ocorrem formações de algum interesse para a conservação, normalmente associadas a séries climatófilas (e.g. sobreiral), nomeadamente, zambujais, alfarrobais, lentiscais, de grande porte e robustez e intrincados por lianas. Estas formações (consideradas habitats naturais ao abrigo da Directiva 92/43/CEE) possuem um grande interesse para a fauna e têm um papel muito relevante para a minimização dos fenómenos erosivos dos leitos.

FAUNA:

Atualmente a área apresenta reduzido interesse para a fauna decorrente dos habitats disponíveis não serem muito favoráveis e de a zona de inserção de projeto apresentar já forte pressão humana e acentuada fragmentação e ausência de habitats naturais. Refere-se que, apesar de ocorrer a poucos quilómetros de áreas com reconhecido interesse para a conservação - Parque Natural da Ria Formosa, Zona de Protecção Especial da Ria Formosa e Sítio da Ria Formosa/Castro Marim – considera-se que as principais características destas áreas que conduziram à sua classificação não se revêem na área de projeto. O habitat de maior interesse dentro desta área consiste na ribeira de Carcavai. Recomenda-se que apesar do interesse baixo das comunidades faunísticas presentes esta área seja conservada no desenvolvimento de qualquer projeto, de forma a não

acentuar a redução de habitats disponíveis já verificada. Em termos de desenvolvimento de projeto, a área em estudo apresenta baixa sensibilidade faunística e a ribeira de Carcavai apresenta sensibilidade média, devendo esta ser conservada e, se possível, requalificada, o que poderia constituir um impacto claramente positivo do projeto.

AMBIENTE SONORO:

Na área Sul do Concelho, onde se insere o PIER, nas zonas mais afastadas das fontes identificadas, o ambiente sonoro apresenta-se menos perturbado, com condições consideradas adequadas ao desenvolvimento de atividades sensíveis ao ruído, tais como, uso habitacional, escolar, hospitalar, lazer, entre outros. A área de estudo conta ainda nas suas imediações com a presença da Estrada das Pereiras de Quarteira, confinante a poente com o limite da área de implementação do Plano e que assegura o acesso à mesma. Esta estrada apresenta tráfego rodoviário reduzido.

A área do PIER está inserida numa zona onde várias ocupações se interligam – habitação, agricultura e turismo – e, atendendo a que a atividade que se pretende instalar é compatível com as zonas sensíveis, a sua avaliação é efetuada classificando-a como zona sensível, o que significa que, durante a medição, o nível sonoro contínuo equivalente expresso pelo indicador de ruído diurno-entardecer-anoitecer (L_{den}) não pode exceder os 55 dB(A), enquanto que durante o período noturno o nível sonoro contínuo equivalente expresso pelo indicador de ruído noturno (L_n) não pode exceder os 45 dB(A) – número 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro.

Da análise da situação de referência neste descritor,

pode-se constatar que os resultados obtidos são bastante consistentes e homogêneos. Verifica-se que o indicador de ruído diurno-entardecer-anoitecer (L_{den}) é cumprido em ambos os dias de medição, contrariamente ao indicador de ruído noturno que excede os 45 dB(A) definidos por lei em ambos os dias. No local, os níveis de ruído mais elevados durante o período noturno devem-se essencialmente ao latir quase permanente dos cães presentes nos vários quintais da zona envolvente e à velocidade excessiva com que os veículos automóveis circulam nesta zona durante este período.

Perante esta avaliação, durante a fase de construção do Parque de Campismo de Quarteira, os impactos mais significativos espectáveis estão diretamente relacionados com o ruído gerado pelas máquinas e equipamentos (fontes sonoras) utilizados na execução das obras, nos trabalhos de remoção do coberto vegetal, preparação do terreno e realização de terraplanagens, movimentação de terras e transporte de materiais necessários às obras.

USO DO SOLO E CONDICIONANTES:

Segundo a avaliação do Aditamento Técnico cumprido sobre este descritor, na área de estudo do PIER, identificam-se em termos gerais, três grupos diferentes usos atuais do solo, nomeadamente: *Territórios Artificializados*; *Áreas Agrícolas* e *Áreas Naturais/Semi-Naturais*, com ocupação absoluta de cerca de 2%, 95% e 3%, respetivamente. Foi possível ainda identificar, de forma mais pormenorizada, onze classes específicas de uso atual do solo para a mesma área de estudo, sendo elas: *Tecido urbano descontínuo esparsos*; *Instalações agrícolas*; *Culturas temporárias de sequeiro*; *Pomares de citrinos*; *Pomares de amendoeira com olival*; *Pomares de citrinos com olival*; *Culturas temporárias de*

sequeiro associadas a misturas de culturas permanentes; Estruturas agrícolas vicinais policulturais; Misturas de folhosas; Pinheiro manso com folhosas; Herbáceas ruderais.

Na avaliação pormenorizada das classes de uso do solo identificadas na área de estudo, as que têm maior expressão, são as classes agrícolas de *pomares de citrinos* e de *culturas temporárias de sequeiro*, com cerca de 60% e 25% de ocupação, respetivamente. As restantes classes identificadas, não são significativamente expressivas em termos de ocupação individual relativa (com porções de ocupação média a rondar os 1,8%), mas no seu somatório, perfazem um total de cerca de 15% da área do PIER.

PAISAGEM:

Previamente à discriminação dos impactes e medidas de minimização para este descritor, julgou-se essencial a Análise de Visibilidade dos territórios e alguns elementos do PIERPCQ.

Assim, em termos conceptuais, a bacia visual define-se como a área a partir da qual é visível um conjunto de pontos ou, reciprocamente, a zona visível desde um ponto ou conjunto de pontos. Num terreno de relevo acidentado a sua delimitação poderá corresponder às linhas de cumeada. Uma bacia visual ideal seria, por exemplo, formada por uma zona interior de carácter troncocónico regular e liso (BOLÓS, 1992). As metodologias para determinar a bacia visual de um determinado ponto baseiam-se, fundamentalmente, no traçado de emissões visuais desde um ponto até à sua intersecção com a altura do relevo circundante, efetuadas sobre uma fonte topográfica, como a altimetria de um dado território.

POPULAÇÃO E SÓCIO-ECONOMIA:

Em termos populacionais, sublinha-se que o concelho

de Loulé apresenta uma dinâmica de crescimento populacional superior à do Algarve. Dentro do concelho e entre os dois censos acentuou-se a concentração populacional em duas freguesias – Quarteira e S. Clemente – e uma perda de população em cinco das restantes. Por outro lado, o aumento da população proveniente do estrangeiro é muito elevado e ultrapassa largamente o crescimento dos cidadãos portugueses; no entanto, a maioria dos residentes no concelho é dele originária, embora somente 40% se mantenham na freguesia de origem.

Em termos de emprego, salienta-se que a população ativa em Loulé cresceu mais de 54% entre os dois recenseamentos, contra 8,6% dos inativos; o crescimento dos ativos é mais notório nas freguesias de Quarteira e Almancil. A população com emprego aumentou, em Loulé, 27,8% no período 1991/2001 mas o volume dos desempregados cresceu 59,4%. Por sectores de atividade, no período intercensitário e num contexto de grande crescimento da população empregada, as transformações ocorridas resumem-se a uma redução da representatividade do sector primário e um significativo reforço do sector terciário de carácter social.

No contexto económico, entre 1999 e 2005, o número de empresas com sede em Loulé aumentou 77%, mais do que para o conjunto do Algarve (58,7%). Este dinamismo observa-se nos sectores da construção e transportes e armazenagem. Já no perfil sectorial das empresas com sede em Loulé, as principais alterações estruturais entre 1999 e 2005, são o aumento do peso relativo das empresas de construção e imobiliárias em detrimento das unidades dedicadas ao comércio e à hotelaria.

Cerca de metade da superfície do concelho de Loulé é

gerida pela agricultura, ou seja, encontra-se integrada em explorações agrícolas. No entanto, só cerca de metade dessa área corresponde efetivamente a superfície agrícola utilizada (SAU), sendo a restante ocupada com áreas de matos e floresta ou áreas agrícolas não utilizadas. Os sistemas de produção dominantes relacionam-se com a exploração de culturas permanentes, onde os pomares de frutos secos representam quase metade desta área. A análise dos dados estatísticos por freguesias revela diferenças importantes entre o litoral e as áreas do barrocal/serra, em termos agrícolas. Nas freguesias mais próximo do litoral, com melhores solos, os sistemas de produção agrícola são mais intensivos, com mais áreas irrigadas, explorações de menores dimensões. No entanto, é também nestas freguesias que a pressão do urbanismo é maior, competindo na ocupação de solos com aptidão agrícola.

Em termos de turismo, o concelho de Loulé, além da sua excelente localização em relação às acessibilidades rodoviárias, ferroviárias e ao aeroporto de Faro, pela sua extensão e características próprias, tem uma variedade de recursos que lhe garantem uma diversidade de ofertas: praia, golfe, marina, riqueza paisagística (fauna e flora e paisagem), património arquitetónico e arqueológico, gastronomia, património cultural e etnográfico; atividades desportivas variadas com os respetivos equipamentos e uma oferta hoteleira diversificada e em quantidade. Este concelho enquadra o investimento tanto no turismo tradicional (sol e mar e o golfe) como nas novas formas de turismo: de negócios, desportivo (estágios), de natureza (ecoturismo), de saúde (SPA), turismo sénior, entre outros. As tipologias com maior representatividade no Algarve correspondem aos Apartamentos Turísticos e Aldeamentos Turísticos. A análise da dualidade área urbana/área rural no que

diz respeito à distribuição dos empreendimentos turísticos por freguesia revela fortes diferenciações, na medida em que a maioria está localizada no litoral, nas freguesias de Quarteira e Almancil. As restantes freguesias com percentagens de solo urbano bem menos significativas pouco contribuem para a capacidade de alojamento do Concelho. As duas freguesias de forte cariz urbano: Quarteira (com 67%) e Almancil (com 30%), em conjunto, têm 97% da capacidade de alojamento (nº de camas) e as duas freguesias da cidade de Loulé (S. Sebastião e S. Clemente) têm 1,4 % das camas, tendo as freguesias mais rurais: Ameixial, Salir, Alte, Benafim, Tôr e Querença em conjunto, cerca de 0,5% das camas.

PATRIMÓNIO:

A situação de referência do descritor património, é sustentada pela análise de bibliografia específica, documentação, bases de dados e inventários de Património Arqueológico e Arquitetónico, assim como, por métodos trabalhos de prospeção sistemática de superfície com vista à identificação, descrição, localização, classificação e inventariação relativos aos elementos de interesse arqueológico, histórico, etnográfico e patrimonial, construídos na área afetada pelo presente PIER. Deste modo, foram identificadas algumas estruturas de carácter recente, de valor patrimonial diminuto e sem valor etnográfico ou histórico, nomeadamente, estruturas de apoio à atividade agrícola. Salienta-se também, o facto de ocorrerem indicações de que nas zonas das ribeiras e rios da região, terem revelado ocupações desde épocas Pré-Históricas o que suscita particular atenção para a realidade de na área do PIER, mais precisamente, da Ribeira de Carcavai, não ter apresentado vestígios de superfície que o indiquem, no entanto, por si só, esta situação não permite afirmar a inexistência de vestígios preservados a nível

do subsolo e que apenas poderão ser, eventualmente, evidenciados aquando dos trabalhos de intervenção na fase de construção.

VII – QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS IMPACTES MOTIVADOS PELA IMPLEMENTAÇÃO DO PIERPCQ E QUAL A POSSIBILIDADE DA SUA MITIGAÇÃO?

Por forma a sintetizar os resultados obtidos ao nível dos impactes, apresentam-se algumas conclusões-chave, nomeadamente: + Em termos ambientais, o Projeto em análise acarreta principalmente impactes negativo pouco significativos; + Não existem nas duas fases de vida do projeto (construção e exploração) nenhum impacte negativo muito significativo (apenas negativos significativos - Recursos hídricos superficiais, Ambiente sonoro e Paisagem e que foram alvo da proposta de medidas de mitigação); + Os descritores que se revelam mais impactantes na fase de construção (sem aplicação da medidas de minimização) são: Geologia, Solo, Flora, Ambiente sonoro e Paisagem; + A Socioeconomia é o Fator Ambiental que claramente se destaca, onde os impactes são positivos significativos, quer na fase de construção, quer na de exploração; + A fase de construção é aquela onde são esperados mais impactes e de maior magnitude, em oposição à de exploração onde se prevê um contra ciclo, ou seja, quer o número de impactes, quer a sua magnitude são inferiores; + Na fase de exploração cinco Fatores Ambientais assumem-se como tendo impactes claramente positivos - Solo, Uso do solo, Paisagem, Socioeconomia e Flora.

VIII – CONSEGUEM-SE MINIMIZAR OS IMPACTES NEGATIVOS ANALISADOS?

Para grande parte dos impactes foram definidas medidas de minimizam concretas, quer para a fase de

construção do Projeto, como para a de exploração. A sua descriminação neste documento seria fastidiosa, mas tal informação pode ser facilmente consultada no Relatório Ambiental.

Porém, sobre este assunto duas conclusões são possíveis de aqui explanar: + A proposta de medidas de minimização tem um reflexo direto sobre os impactes expectáveis na fase de construção, contribuindo, claramente, para a sustentabilidade do Projeto; + Pela magnitude da diferença de significância nos vários descritores dos impactes pré e pós a aplicação das medidas de minimização, estas assumem um papel decisivo e deverão ser encaradas como fonte/contributo de sustentabilidade ambiental, económica e técnica.

IX – QUAL É A AVALIAÇÃO DO PIERPCQ QUANTO AO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E QUAIS OS PRINCIPAIS PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS?

Por forma a responder a esta questão, apresentam-se alguns dados que a sustentarão. Assim, sublinha-se que a presente proposta de PIER, pela especificidade operativa, aposta na diversificação e na qualidade de atividades e infraestruturas para lazer, turismo e desporto. São exemplos tácitos a piscina coberta, o campo de jogos e a rede de caminhos interditos a circulação automóvel.

Por outro lado, este não utilizará nenhum dos imóveis atualmente existentes, ou pelo seu péssimo estado de conservação, ou pela incompatibilidade entre a sua tipologia e a do futuro uso. O mesmo se sucede com a rede de caminhos. De facto, o desenho do Parque, bem como as imposições legais, tornam inconciliável a rede existente e a futura.

Pela sua extensão e localização territorial, a presente proposta de PIER possui as condicionantes REN e RAN.

Se nos solos REN a Proposta não a presente qualquer alteração de uso do solo, já no que concerne à RAN, dada a inexistência de alternativas locais e municipais, são ocupados terrenos que têm subjacente esta condicionante.

E, por fim, estima-se que o número máximo de pessoas sujeitas a situações de risco seja inferior a 3.000, número que contrasta com a prática ausência humana na atualidade. Os vários projetos de especialidade, ao responder às diretrizes legais, fazem-no com eficiência a esta questão.

Em termos dos principais pontos fortes do PIERPCQ, surgem: + Criação e qualificação de emprego direto local ou regional, + Efeitos indiretos na criação e qualificação de emprego, + Qualificação do emprego, nomeadamente através de estágios profissionais ou ações de formação, + Impacte nas relações de troca da economia da região e no grau de exposição aos mercados externos, + Não afetação de solos REN e reforço do seu papel ecológico ativo, + Sensibilidade na gestão do recurso água, com recurso a mecanismos de poupança de água para uso humano e eficiente controlo no consumo de água para manutenção de espaços verdes, + Elaboração de projetos de especialidade baseados no *know-how* do Promotor e + Possibilidade de desenvolvimento de projetos de sustentabilidade ambiental com relevância na área de redução de riscos.

Já em termos de pontos fracos, surgem: - Desmatção e decapagem do solo, - Circulação de maquinaria pesada e veículos afetos à obra, - Execução de infraestruturas de abastecimento de água e drenagem de águas pluviais, - Construção dos acessos, - Alterações das características pedológicas e da capacidade produtiva do solo (parte), - Ocupação territorial face à instalação dos elementos constituintes do projeto e - Ocupação de solos RAN

dada a inexistência de alternativas locais e regionais.

X - QUAL É A AVALIAÇÃO DO PIERPCQ DO PONTO DE VISTA SOCIAL E ECONÓMICO E QUAIS OS PRINCIPAIS PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS?

No que diz respeito à componente social e económica, será profunda a transformação ao nível económico e social da área do PIER e mesmo da freguesia. A questão ambiental não surge como um constrangimento tácito à sua prossecução, embora se aconselhe um leque de medidas de minimização (quer na fase construção, quer na de exploração) que auxiliem no garante de Sustentabilidade.

Dada a escassez de tecido empresarial na freguesia enquadrável na atividade campista (*sensu lato*), é expectável que o parque se constitua como um pólo de aparecimento de vários estabelecimentos na área da restauração, distribuição e oficinas técnicas. Por outro lado, face à conjuntura nacional, o Projeto apresenta, neste domínio, uma relevante significância local.

Em termos de pontos forte neste sector, sublinham-se: + Reconhecimento da competência da ORBITUR na conceção e gestão de parques de campismo, + Recuperação do corredor ripário, o que proporcionará um cenário aprazível, claramente convidativo à contemplação, + Manutenção de Espaços Verdes associados ao Parque, + Reduzida distância a Quarteira e à Via do Infante, o que facilita a integração do Parque no dinamismo financeiro, social e cultural do Parque no Meio, + Elevado saber-fazer ao nível das tarefas de gestão de um Parque de Campismo, adaptados ao contexto local e regional.

Pelo contrário, como principais pontos fracos surgem: - Incorporação de espécies alóctones e - Perturbação de

Habitats efetuada pela construção e exploração do Parque.

XI - QUAL É A AVALIAÇÃO DO PIERPCQ AO NÍVEL DA ECOLOGIA E QUAIS OS PRINCIPAIS PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS?

Dado o uso do solo atual (e passado) da área do PIER, consideraram-se áreas com elevado interesse ecológico apenas 3,7% do total deste território. Assim, em termos de ocupação real do espaço esta área assume especial relevância no que à preservação e valorização do património natural diz respeito.

Por seu turno, a proposta de PIER em análise não ocupará diretamente as áreas com maior interesse para a conservação. Porém, é de todo o interesse que atividades de lazer (ex. percursos, áreas de visitação controlada, equilibrada e ordenada) façam a conexão entre a área campista e respetivos usos e a Ribeira.

Tal como caracterizado na situação ambiental de referência, o PIER será desenvolvido na sua totalidade em solos RAN. Porém, neste terreno, apenas se transformarão em áreas impermeáveis cerca de 22% (infraestruturas de subsolo - 0,25%, edifícios e outros equipamentos - 3,7% e rede viária - 18,18%). Por outro lado salientam-se como áreas não impermeabilizadas (78%) as áreas de acampamento (33,73%), as espaços verdes e de enquadramento (10,6%) e a totalidade da área REN (29%).

O PIER respeita inteiramente os corredores ecológicos propostos na situação ambiental de referência, ou seja, os locais com médio e alto interesse biocenótico. Para além deste facto, ao não se alterar de forma significativa os solos REN, potencia-se a possibilidade de criar novas zonas de conservação, que, certamente, aumentarão a sustentabilidade ecológica do PMOT. Do ponto de

vista da paisagem, a não intervenção na linha de água é uma mais-valia, já que a Ribeira é um importante elemento de quebra de visibilidade.

Por fim, reitera-se que o empenho e o compromisso do Promotor em valorizar a linha de água constitui-se como uma mais-valia para o PIER, contribuindo para a sua sustentabilidade ambiental.

No que concerne aos pontos fortes do PIER na área da ecologia, salientam-se os seguintes: + Recuperação do corredor ripário, + Possível utilização de parte dos solos REN para conservação da natureza, + Plano de Gestão Ambiental que contemple as questões da biodiversidade, + Não ocupação das margens da Ribeira, + Não ocupação de solos REN, + Impermeabilização de apenas 22% de solos RAN, + Criação de mais um pólo de atração do turismo, não muito frequente na versão 4 estrelas, que trará maior dinamismo económico à freguesia, + Reconhecimento da importância do corredor ecológico, + Comprometimento na sua preservação e reabilitação, + Ao constituir-se como uma barreira de contenção visual, minimiza impactes paisagísticos, + Comprometimento na sua preservação e reabilitação.

Como pontos fracos pontificam: - Perturbação de habitats ripícolas (mormente na fase de construção), - Desmatação e decapagem do solo, - Execução de terraplenagens para regularização do terreno para as cotas de projeto, - Execução de infraestruturas de abastecimento de água e drenagem de águas pluviais, - Execução do edificado, - Circulação de maquinaria pesada e veículos afetos à obra, - Possível contaminação do solo por derivados de hidrocarbonetos, - Ocupação permanente de solos RAN, - Incremento da mortalidade de fauna na via de acesso, dado o aumento de volume de tráfego e - Aumento dos níveis de ruído

rodoviário ao longo do percurso (especialmente diurnos, já que no período noturno será reduzido o movimento).

XII – QUE PLANO DE MONITORIZAÇÃO SERÁ PROPOSTO PARA O PIERPCQ?

Tal como consagrado na lei, o presente PIERPCQ está sujeito a um plano de monitorização, quer na sua fase de construção, quer na de exploração.

Especificamente para este projeto foi proposto um plano de Monitorização que pretende validar os pressupostos e resultados da avaliação de impactes no contexto ambiental; detetar atempadamente a existência de impactes negativos que não tenham sido previstos; avaliar a eficácia das medidas propostas para prevenir ou reduzir os impactes; e identificar a necessidade de implementar medidas de minimização adicionais e obter os elementos necessários a uma correta avaliação do problema e das consequentes soluções corretivas.

Este divide-se em quatro componentes: i) Componente Biológica (Flora, Vegetação e Habitats, Fauna), ii) Solo, iii) Resíduos, iv) Ambiente Sonoro e v) Património Cultural e Arqueológico.

XIII – QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS CONCLUSÕES DO RELATÓRIO AMBIENTAL DO PIERPCQ?

A presente proposta de PIER, dado o uso atual do solo (onde pontificam os pomares abandonados de citrinos), alterará significativamente aquela paisagem, mesmo não interferindo indiscutivelmente nos solos REN. Porém, dadas as tipologias a integrar num projeto de parque de campismo, nomeadamente com extensas áreas de arrelvados (de sequeiro), bem como zonas de

enquadramento, essa alteração é substancialmente reduzida.

Em termos ambientais, o Projeto em análise acarreta principalmente impactes negativos pouco significativos, não existindo nas duas fases de vida do projeto (construção e exploração) nenhum impacte negativo muito significativo (apenas negativos significativos - Recursos hídricos superficiais, Ambiente sonoro e Paisagem) e que foram alvo da proposta de medidas de mitigação. Ainda a este respeito, sublinha-se que os descritores que se revelam mais impactantes na fase de construção (sem aplicação da medidas de minimização) são: Geologia, Solo, Flora, Ambiente sonoro e Paisagem, ao contrário da Sócio-economia que é o Fator Ambiental que claramente se destaca, onde os impactes são positivos significativos, quer na fase de construção, quer na de exploração.

No que concerne à análise dos Fatores Críticos, face aos elementos de projeto disponíveis, incluindo o Mapa de Ruído, destacam-se os variados pontos fortes quer na componente do Ordenamento do Território, como na Sócio-economia e Ecologia. A maioria dos pontos fracos relacionam-se, precisamente, com a alteração do uso do solo, das suas consequências e efeitos multisectoriais durante e pós construção.

Quanto à análise oportunidades vs. ameaças, destaca-se o saber-fazer que o Promotor detém, especialmente em projetos de idêntica natureza, não só no Algarve, mas em todo o País.

Em súmula, três notas finais merecem relevância. A primeira prende-se com a imperiosa necessidade de se cumprirem as medidas de minimização propostas, por forma a não inverter o equilíbrio aqui assumido pela equipa técnica, cujo resultado é ambientalmente

positivo, e que sem a sua persecução, este se tornará, seguramente, negativo. Em segundo lugar cumpre sublinhar a importância na adoção de práticas ambientais sustentáveis, que passam pela correta escolha de equipamentos e pela sua eficiente manutenção, mas também pela elaboração de um plano de gestão e conservação dos espaços naturais, onde surgem em posição cimeira a Ribeira e toda a área REN, cujo propósito é o de assegurar o funcionamento de um importante corredor ecológico ao nível regional.

Por fim, interessa sublinhar que a observação periódica do meio após a implantação do projeto permitirá a obtenção de dados não disponíveis ou inexistentes na fase prévia de projeto, bem como validar ou alterar os pressupostos de avaliação anteriormente assumidos. Entende-se assim que a avaliação ambiental e a minimização de impactes são processos dinâmicos no tempo, devendo ser novamente equacionados sempre que novos elementos ou resultados não expectáveis assim o determinem, sendo a monitorização o parâmetro chave neste processo. O Plano de Monitorização é, desta forma, o documento que consubstancia os procedimentos necessários à prossecução desses objetivos e que se constituirá como mais um garante para a Sustentabilidade do PIERPCQ.

Figura 1 - Localização da área de estudo para localização do novo Parque de Campismo de Quarteira.



